
*Espaço, redes e formação de classe**

Mike Savage**

Resumo: Este artigo é uma tentativa de defender o conceito de classe na análise histórica. Na primeira parte deste artigo, abordo as características básicas da perspectiva de “formação de classe”, indicando seus pontos mais fortes, assim como algumas de suas fragilidades. A segunda parte explora como o conceito de formação de classe poderia ser alargado para incluir uma dimensão espacial, e aqui sugiro que lições podem ser aprendidas de desenvolvimentos recentes na análise de redes sociais realizados por sociólogos americanos. A terceira parte considera como espaço e formação de classe têm sido tratados por historiadores sociais. Na quarta seção, afirmo que uma ênfase no espaço como rede pode ajudar a promover nosso entendimento das dinâmicas de relações de classe.

Palavras-chave: Formação de classe – Espaço – Redes Sociais

Abstract: This article is an attempt to defend the concept of class in historical analysis. In the first part of this article I consider the basic features of the “class formation” perspective, indicating both its considerable strengths, as well as some of its weaknesses. The second part explores how the concept of class formation might be broadened to include a spatial dimension, and here I suggest that lessons can be learnt from recent developments in the social network analysis carried out by American sociologists. The third part considers how space and class formation has been treated by social historians. In the fourth section I argue that an emphasis on space as network can help aid our understanding of the dynamics of class relationships.

Keywords: Class Formation – Space – Social Networks

Desde os anos 1950, a ideia de classe social tem sido amplamente utilizada por historiadores sociais e sociólogos – especialmente (mas não exclusivamente) aqueles de um matiz marxista ou marxizante – como um conceito-chave para analisar mudança social¹. Entretanto, a partir da década de 1980 um novo corpo de opinião, influenciado pela ascensão de correntes pós-estruturalistas e antifundacionais nas ciências sociais e humanidades² vem sustentando que o conceito de classe é sobredeterminístico e reducionista, incapaz de tratar da complexidade dos modos de as pessoas pensarem e

* O título original deste artigo é “Space, networks and class formation”, publicado em KIRK, Neville (ed.). *Social Class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot: Scolar Press, 1996. pp. 58-86.

Tradução de André Gomes de Assis e Francisco Barbosa de Macedo.

Revisão técnica da tradução: Paulo Fontes.

Esta tradução foi autorizada pelo autor.

** Michael Savage é professor do departamento de sociologia da Universidade de York (Reino Unido).

¹ Kaye, H. *The British Marxist Historians*. Oxford: Polity, 1984.

² Dews, P. *The logics of Disintegration*. London: Verso, 1987; Hunt, L. (ed.). *The New Cultural History*. Berkeley: University of California, 1990.

agirem no passado³. O resultado tem sido colocar defensores da perspectiva de classe em um campo aparentemente conservador, em que eles aparecem forçados a sustentar pressupostos fundamentalistas sobre o mundo social que seus mais novos oponentes afirmam ser insustentáveis à luz de novos desenvolvimentos teóricos. Alguns defensores do conceito de classe parecem felizes em ser lançados em tal papel⁴. Contudo, outros, como eu, pensam que é inútil apenas defender ortodoxias antigas e que é necessário incorporar criticamente o que é útil nas correntes mais novas de trabalho, sem abandonar tudo que é valioso nas perspectivas mais antigas. Este artigo é, portanto, uma tentativa de defender o conceito de classe na análise histórica, embora reconhecendo problemas reais em seus usos existentes, e algumas ideias de como ele pode ser desenvolvido.

Eu sustento que, convenientemente concebida, a abordagem de “formação de classe” permanece de relevância vigente para historiadores e sociólogos. Entretanto, seria equivocado admitir que não haja problemas. Eu concordo com críticas de que o conceito de classe como é usado nos trabalhos mais antigos tem sérias insuficiências, e este artigo é, portanto, planejado para desenvolver assim como para defender análises recentes de classe social. Meu argumento principal é que explicações existentes focalizam em dimensões temporais, antes que espaciais, da formação de classe. Isso se deve largamente à obra seminal de historiadores sociais tais como E. P. Thompson que ofereceram uma visão dinâmica e, portanto, histórica de classe, comparada às visões antes estáticas e estruturais de classe, evidentes em algumas abordagens sociológicas. Todavia, como alguns geógrafos sociais têm afirmado⁵, um reconhecimento adequado do papel de processos espaciais proporciona um conceito mais sensível de formação de classe que evita alguns dos problemas historicistas latentes em obras anteriores.

Na primeira parte deste artigo, abordo as características básicas da perspectiva de “formação de classe”, indicando seus pontos mais fortes, assim como algumas de suas fragilidades. A segunda parte explora como o conceito de formação de classe poderia ser alargado para incluir uma dimensão espacial, e aqui sugiro que lições podem ser aprendidas de desenvolvimentos recentes na análise de redes sociais realizados por sociólogos americanos. A terceira parte considera como espaço e formação de classe têm sido tratados por historiadores sociais, e salienta que quase todas as explicações enfatizam o papel de lugares como “habitats” para classes sociais. Uso exemplos históricos na Grã-Bretanha do século XIX para sugerir que, embora essa seja uma importante dimensão, ela não esgota a relevância de processos espaciais para o estudo de formação de classe. Na quarta seção,

³ Reddy, W. *Money and Liberty in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984; Furbank, P. *The Idea of Social Class*. Oxford: Oxford University Press, 1985; Hindess, B. *Politics and Class Analysis*. Oxford: Blackwell, 1987; Joyce, P. *Visions of The People*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

⁴ Palmer, B. *Descent into Discourse: The reification of Language in the Writing of Social History*. Philadelphia: Temple University Press, 1989; Wood, E. *The Retreat from Class: A New “True” Socialism*. London: Verso, 1988.

⁵ Thrift, N. e Williams, P. *Space and Class*. London: Routledge, 1987; Dennis, R. *English Industrial Cities of the Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984; Massey, D. *Spatial Divisions of Labour*. London: Methuen, 1984.

afirmo que uma ênfase no espaço como rede pode ajudar a promover nosso entendimento das dinâmicas de relações de classe.

Meu argumento geral é que o espaço precisa ser visto como importante em duas maneiras diferentes e possivelmente contraditórias. Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus “habitus”, seus estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos. Eu sugiro que há uma tensão entre essas duas concepções distintas, que vem de algum modo a explicar por que a formação de classe pode ser difícil de sustentar durante longos períodos históricos, especialmente para classes sociais subordinadas.

FORMAÇÃO DE CLASSE E ANÁLISE HISTÓRICA

Em anos recentes, o conceito de formação de classe tem desempenhado um papel chave na análise histórica. Essa abordagem pode dizer-se originar com as investigações históricas de Marx, notadamente em seus estudos sobre cercamentos na Inglaterra⁶ e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*⁷. Esta perspectiva foi desenvolvida por historiadores marxistas tais como Maurice Dobb, Rodney Hilton, Edward Thompson e Eric Hobsbawm⁸, que desempenharam um papel-chave dirigindo o interesse em classe social além da história institucional do movimento operário para um terreno mais amplo de história social. Em tempos mais recentes, o conceito tem sido amplamente adotado por sociólogos históricos interessados em explorar a relação entre estrutura de classe, identidade de classe e ação social e política. Em algumas mãos, isto conduziu à pesquisa especializada sobre lugares e períodos específicos, tais como o estudo de Louise Tilly⁹ abordando Milão no fim do século XIX, ou o trabalho de Sewell e Aminzade¹⁰ sobre a França. Em outras mãos, isto tem

⁶ Marx, K. *Capital*, vol. 1. Harmondsworth: Penguin, 1968.

⁷ Marx, K. *Surveys from Exile*. Harmondsworth: Penguin, 1973.

⁸ Dobb, M. *The Transition from Feudalism to Capitalism*. London: Lawrence and Wishart, 1946; Hilton, R. *Bond Men Made Free*. London: Hutchinson, 1971; Thompson, E. P. *The Making of the English Working Class*. London: Gollancz, 1963; Hobsbawm, E. *Labouring Men*. London: Wiedenfeld and Nicholson, 1964.

⁹ Tilly, L. *Politics and class in Milan 1881-1901*. New York: Oxford University Press, 1993.

¹⁰ Sewell, W. H. *Work and Revolution in France: The Languages of Labour from the Old Regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980; Aminzade, R. *Class, Politics and Early Industrial Capitalism: A Study of Mid-Nineteenth Century Toulouse*. New York: Albany, 1981; Aminzade, R. *Ballots and Barricades: Class Formation and Republican Politics in France 1830-1871*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

conduzido a investigações comparativas de formação de classe em diferentes lugares¹¹ ou diferentes épocas históricas¹².

Central para este conjunto de trabalhos é o argumento de que classes sociais não existem simplesmente como objetos inertes, mas são ativamente construídas historicamente e moldam a mudança histórica¹³. Os primeiros historiadores marxistas, muitos deles originalmente ligados ao influente Grupo de Historiadores do Partido Comunista¹⁴, enfatizaram que as classes tanto fizeram quanto foram feitas pela história. Essa concepção os levou a ver a classe como o produto da *agência*, de especificidade histórica e da necessidade de ver as classes em relação a outras classes. Nas palavras muito citadas de Thompson:

Classe é uma formação social e cultural (freqüentemente encontrando expressão institucional) que não pode ser definida abstratamente ou de maneira isolada, mas somente em termos de relação com outras classes; e em última análise a definição somente pode ser feita em meio ao tempo – que é ação e reação, mudança e conflito...classe não é uma coisa, é um acontecimento¹⁵.

Deixem-me tentar desenvolver algumas das forças e fraquezas dessa abordagem evocativa para classe. Sua grande força é a sensibilidade para o estudo de classe e relações sociais, e sua determinação em evitar reificar relações sociais, não tratando grupos sociais e classes como se eles fossem “objetos” em si (e de si) mesmos. Thompson enfatizou a contingência da formação de classe, e a necessidade de examinar a articulação concreta de classe para as pessoas em cenários históricos específicos:

Quando nós falamos de uma classe, estamos pensando em um conjunto muito imprecisamente definido de pessoas que partilham as mesmas categorias de interesse, experiências sociais, tradições, e sistemas de valores, que têm uma disposição para se comportar como uma classe, para definir a si mesmo em suas próprias ações e em relação a outros grupos de pessoas em modos de classe¹⁶.

¹¹ Katznelson, I. e Zolberg, A. R. (eds.). *Working Class Formation*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

¹² Mann, M. *The Sources of Social Power*, vol. 1: A History of Power from The Beginning to 1760. Cambridge: Cambridge University Press, 1986; Mann, M. *The Sources of Social Power*, vol. 2: The Rise of Classes and Nation States 1760-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

¹³ Abrams, P. *Historical Sociology*. Shepton Mallett: Open Books, 1980; Kaye, H. J. *The British Marxist Historians: An Introductory Analysis*. Oxford: Polity, 1984

¹⁴ Schwarz, B. “The ‘people’ in history: The Communist Party Historians Group, 1946-56”. In: Centre for Contemporary Cultural Studies. *Making Histories: Studies in History Writing and Politics*. London: Hutchinson, 1982.

¹⁵ Thompson, E. P. “The peculiarities of the English”. In: Miliband, R. e Saville, J. (eds.). *The Socialist Register*. London: Merlin, 1965, p. 357.

¹⁶ Thompson, E. P. *The Poverty of Theory and Others Essays*. London: Merlin, 1978, p. 85.

Essa formulação de classe social reconhece sua sensibilidade para a complexa interação entre estrutura e *agência*. Ela oferece uma alternativa ao que se tornou a ortodoxia sociológica mais comum de distinguir estrutura de classe de consciência de classe e formação de classe, de modo que sua relação pode ser empiricamente explorada. Esta última abordagem para classe, já evidente na distinção de Marx entre classe-em-si e classe-para-si, tornou-se padrão na ciência social americana e (especialmente) britânica, sendo cultuada no estudo clássico de Lockwood (*The Blackcoated Worker*); no estudo de Ossowsky de consciência de classe; nos estudos de Goldthorpe e Lockwood (*Affluent Worker*); na pesquisa de Goldthorpe sobre mobilidade social, e assim por diante¹⁷. A recusa de Thompson em basear sua própria abordagem nestes termos levou-o à desaprovação considerável, especialmente nos anos 1970, durante o apogeu do marxismo estruturalista, porque se afirmou que ele não poderia claramente distinguir a relevância de estruturas de classe para a construção de consciência de classe¹⁸.

Em perspectiva de longo prazo, entretanto, a visão dinâmica de Thompson de formação de classe realmente mostra-se mais de acordo com desenvolvimentos recentes da teoria social, e também parece lhe permitir evitar problemas aparentemente impossíveis de ser analisados em abordagens estruturais para classe¹⁹. Por isso, foi frequentemente observado que teorias estruturais de classe, tais como aquelas de Poulantzas e Wright²⁰, dependem de uma noção de “interesses objetivos”, em que os interesses das pessoas são definidos em virtude de estruturas sociais objetivas nas quais elas estão localizadas; com o resultado que estes agentes não têm nenhum papel em definir seus interesses²¹. O problema com esta concepção estruturalista de classe é que ela não tem uma teoria viável da ação social²². Nessa formulação, pessoas agem em modos de classe porque é racional para elas perseguir os interesses especificados por sua posição de classe. Lockwood mostra que esta concepção depende de pressupostos teóricos que necessitam ver toda ação social como instrumental. As pessoas perseguem seu máximo autointeresse como definido por sua posição de classe. Nesse caso, há claros problemas em explicar os tipos de ação não instrumental que aparecem muito comumente na vida social. Além disso, teóricos da

¹⁷ Lockwood, D. *The Blackcoated Worker: A Study in Class Consciousness*. Oxford: Clarendon, 1958; Ossowski, S. *Class Structure in the Social Consciousness*. London: Routledge, 1963; Goldthorpe, J. H. e Lockwood, D. *The Affluent Worker in the Class Structure*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1968; Goldthorpe, J. H. *Social Mobility and the Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon, 1980. Lockwood (1989) argumenta que o momento decisivo para essa abordagem convencional de classe foi a posição de Lipset e Bendix (1949) de que uma vez despedido de seu caráter historicista e teleológico, o estudo das relações entre “estrutura de classe” e “consciência de classe” poderia ser entendido de forma a abrir a questão para a exploração empírica.

¹⁸ Johnson, R. “Edward Thompson, Eugene Genovese and socialist humanist history”. *History Workshop Journal*, 6, 1978; Anderson, P. *Arguments within English Marxism*. London: Verso, 1980.

¹⁹ Abrams, P. (1980).

²⁰ Poulantzas, N. *Political Power and Social Class*. London: Verso, 1973; Wright, E. O. *Class, Crisis and the State*. London: Verso, 1979.

²¹ Hindess, B. *Politics and Class Analysis*. Oxford: Blackwell, 1987.

²² Lockwood, D. “The weakest link in the chain: Some remarks on the marxist theory of action”. In: Rose, D. (ed.). *Social Stratification and Economic Change*. London: Hutchinson, 1988.

escolha racional argumentam que um “problema da carona”^{*} surge, pelo qual indivíduos instrumentalmente racionais tenderão não a agir coletivamente para perseguir seus interesses gerais de classe, uma vez que isto imporá custos individuais sem a garantia de quaisquer benefícios resultantes²³. Um trabalhador manual perseguindo seu máximo autointeresse não entrará em greve, visto que ele ganhará de qualquer maneira se a greve for bem-sucedida e não terá de despender qualquer esforço ou perder qualquer pagamento no processo. Em outras palavras, a ação coletiva baseada em classe não pode ser explicada racionalmente!

Em contraste com dilemas como esse, Thompson era capaz de explorar as dimensões culturais da classe evitando tais reducionismos, e era mais sensível às perspectivas antropológicas que reconheciam a natureza contextual da racionalidade e dos sistemas de crença. Particularmente celebrada foi a demonstração de Thompson²⁴ que os motins de fome britânicos do século XVIII não eram respostas automáticas à privação econômica, mas poderiam somente ser entendidos em relação ao arcabouço cultural da “economia moral”. Somente onde certos pressupostos contextualizados sobre o manejo correto da escassez de alimentos eram violados pelas autoridades resultava o protesto coletivo. Thompson também mostrou como a formação da classe operária na Inglaterra necessitava ser interpretada em contraste a um legado cultural preexistente, que celebrava as liberdades do “inglês nascido livre”²⁵. Pode-se argumentar, portanto, que a abordagem de Thompson parece mais em sintonia com a abordagem estruturacionista recentemente popularizada por Giddens²⁶. Antes que tentar isolar estrutura de ação, Giddens propõe que as duas estão inextricavelmente entrelaçadas, visto que estruturas – entendidas como conjuntos de regras e recursos – são produzidas por agentes, que neste processo podem transformar ou reproduzir estruturas²⁷.

Mesmo a partir dessa breve exposição, é possível ver que a grande virtude da abordagem de Thompson foi desenvolver a análise de classe como um tema histórico, e de fato a influência thompsoniana sobre o desenvolvimento da história social e da sociologia histórica nos anos 1960 e 1970 foi profunda. Ela é um projeto que permanece vital para se defender e se desenvolver. Todavia, seria insensato afirmar que não há problemas com a abordagem de formação de classe, e agora quero considerar alguns destes. Primeiro, embora o conceito de formação de classe pareça sensível historicamente, sua terminologia continua a implicar um certo processo evolutivo – um tipo de historicismo fraco. Isso pode parecer uma crítica surpreendente, dado que Thompson apresentou-se para oferecer uma

* No original, “free-rider problem”. (Nota dos tradutores do artigo)

²³ Lash, S. e Urry, J. “The new marxism of collective action”. *Sociology*, vol. 18, 1984.

²⁴ Thompson, E. P. “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”. *Past and Present*, 50, 1971.

²⁵ Thompson, E. P. (1963).

²⁶ Giddens, A. *The Constitution of Society*. Oxford: Polity, 1984.

²⁷ Sewell, W. “How classes are made: Critical reflections on E. P. Thompson’s theory of working class formations”. In: Kaye, H. e McClelland, K. (eds.). *E. P. Thompson: Critical Perspectives*. Oxford: Polity, 1990.

réplica às abordagens evolucionistas que afirmavam que classes se desenvolveriam em tempos dados devido a tendências econômicas e sociais de longo prazo. Muito da ira de Thompson era dirigida a sociólogos funcionalistas que afirmavam que sociedades industriais produziram divisões de classe como um processo inevitável ou natural; entretanto, um certo historicismo fraco ainda permeou a perspectiva de formação de classe de Thompson. As classes ainda eram vistas como agrupamentos sociais “normais” da sociedade capitalista industrial, e a atenção permaneceu focalizada sobre a transição de relações sociais feudais, agrárias para relações capitalistas industriais²⁸. Embora, este processo fosse concebido como complexo e prolongado, há, entretanto, uma tendência a admitir que uma vez que uma classe está “formada”, seu caráter básico está dado. Desse modo, Thompson argumentava que o período entre 1780 e 1830 viu a “formação” da classe operária inglesa, e sugeriu que esta formação culminou no Movimento Cartista no final dos anos 1830 e na década de 1840. Todavia, isto deixou aberta a questão de como o subsequente declínio do radicalismo da classe operária poderia ser explicado, e por que havia uma defasagem entre a formação da classe operária e a ascensão do movimento operário do fim do século XIX. Esta questão preocuparia os historiadores sociais britânicos por boa parte dos anos 1970 e 1980²⁹. Certamente, o trabalho pioneiro de Eric Hobsbawm continuou a estar centrado em explorar a transição “única”, o lento processo pelo qual trabalhadores com costumes pré-industriais tornaram-se trabalhadores manuais que tinham aprendido “as regras do jogo”.

Similarmente, embora o próprio Thompson fosse contundente em relação a autores que pensassem que havia uma forma “correta” de formação de classe, nesse ponto permanece uma tendência a ver a formação de classe com um processo “com etapas”, passando do tipo “mais baixo” (econômico) ou mais elevado (político) de formação de classe, com algum tipo de classe operária radical sendo o ápice do processo de formação de classe. Isso pode ser visto na abordagem sofisticada de Katznelson e Zolberg para a formação de classe, que distingue entre classe como estrutura, modos de vida, disposições e ação coletiva³⁰. Como o próprio Katznelson reconhece³¹, isto continua a vagamente manter uma distinção entre classe-em-si e classe-para-si. De fato, parece importante reconhecer que formação de classe é um processo mais contingente e reversível do que essas explicações sugerem. O debate historiográfico desde Thompson e Hobsbawm tem tentado tratar disto elaborando e estendendo a terminologia de “formação”. Em um artigo particularmente bem conhecido, Gareth Stedman Jones afirmou que no período vitoriano tardio a classe trabalhadora “se-refez”, longe da classe radical e artesanal discutida por

²⁸ Kaye, H. (1984).

²⁹ Hobsbawm, E. (1964); Foster, J. *Class Struggle and the Industrial Revolution*. London; Methuen, 1974; Gray, R. *The Labour Aristocracy in Victorian Edinburgh*. Oxford: Oxford University Press, 1976; Crossick, G. *An Artisan Elite in Victorian Society*. London: Croom Helm, 1978; Kirk, N. *The Growth of Working-Class Reformism in Mid-Victorian England*. London: Croom Helm, 1985; Savage, M. e Miles, A. *The Remaking of the British Working Class 1840-1940*. London: Routledge, cap. 1.

³⁰ Katznelson, I. e Zolberg, A. R. (1986).

³¹ Katznelson, I. “The bourgeois dimension: A provocation about institutions, politics and the future of a labour history”. *International Labor and Working-Class History*, Autumn, 1994, pp. 7-32.

Thompson, em uma classe mais passiva, consumista, que predominaria posteriormente³². Todavia, se classes podem ser “refeitas”, em que sentido é útil invocar a linguagem de “formação”, que implica um grau de fixidez e permanência ao produto “feito”? O “refazer-se” de uma classe significa um total refazer, ou antes um “retrabalhar”?

Mais genericamente, o próprio vocabulário conceitual necessita de melhorias. Em particular, é importante examinar não apenas as condições externas que podem minar a formação de classe, mas também polemizar algumas das contradições e tensões inerentes em tipos específicos de formação de classe, a fim de mostrar como pode, de fato, ter sido difícil sustentar a mobilização de classe durante longo período. É notável que muitos dos argumentos históricos trazidos para sustentar o declínio do conflito de classe nos anos após 1850 sejam notavelmente pouco sutis, e carentes da sofisticação histórica que Thompson trouxe para sustentar seu “fazer-se”. Desse modo, Foster atribuiu o declínio do radicalismo da classe operária aos “subornos” que as classes governantes pagaram para a aristocracia operária, que subseqüentemente abandonou o radicalismo³³. Outros historiadores simplesmente apontam para a melhoria geral social e econômica evidente após meados do século³⁴. O declínio da formação de classe tem sido largamente atribuído às condições externas afetando as classes antes que a quaisquer características intrínsecas da própria formação. Isso é algo a que minha explicação abaixo sugere uma alternativa.

Isso aponta para um outro problema geral: o próprio conceito de formação de classe parece evocativo, mas vago³⁵. Naturalmente, como eu sugeri acima, isso poderia ser visto em alguns aspectos como força, uma vez que ele manobra para escapar de problemas na abordagem estruturalista para classe, mas a questão permanece: como nós sabemos quando uma classe está formada? Thompson não dá resposta clara a esta questão, contando com narrativas detalhadas de crenças radicais, situações revolucionárias e estudos de caso de “experiências” ocupacionais específicas. É, portanto, muito possível detectar um desejo e um grau de romantismo em relação à classe trabalhadora por trás de algumas das abordagens sócio-históricas de classe³⁶. Esta é uma razão por que em anos recentes a obra de Thompson pode ser reinterpretada como testemunho a uma tradição populista antes que a uma radical baseada em classe³⁷. Uma vez que não está claro como Thompson poderia distinguir as duas, é compreensível que muito da mesma evidência possa ser usado para fins diferentes. Dada esta ambiguidade, o trabalho recente de Stedman Jones e Joyce pode ser

³² Stedman Jones, G. “The remaking of the English working class”. *Journal of Social History*, 7, 4, Summer, 1974.

³³ Foster, J. (1974).

³⁴ Kirk, N. (1985), cap. 1.

³⁵ Anderson, P. (1980).

³⁶ Ver Calhoun, C. *The Questions of Class Struggle*. Oxford: Blackwell, 1982, para uma crítica de Thompson que ganha muito da sua força graças a sua habilidade de reinterpretar o que este vê como uma ação coletiva baseada em classe como política centrada na comunidade.

³⁷ Protero, I. *John Gast*. Folkstone: Dawson, 1979; Reid, A. e Biagini, E. *Currents of Radicalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; Biagini, E. *Liberty, Retrenchment and Reform: Popular Liberalism in the Age of Gladstone*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

visto como uma tentativa de tomar a questão de definição mais seriamente³⁸. Para esses autores, pode-se dizer que classes somente existem significativamente quando os termos são usados na linguagem e no discurso. Embora essa formulação carregue sua bagagem problemática própria, ela, pelo menos, oferece critérios mais distintos para julgar a existência de classe que aqueles possíveis no certamente vago arcabouço oferecido por Thompson.

Finalmente, porque a noção de formação de classe foi projetada para explorar a historicidade, ou temporalidade, de classe, ela não parece bem ajustada para explorar o papel do *espaço* na formação de classe. Thompson, notoriamente, tomou exemplos de radicalismo da classe operária indiscriminadamente de vários lugares da Inglaterra, construindo sua história do “fazer-se” de uma classe trabalhadora “inglesa” sobre a base destes exemplos locais diversos. Desde Thompson, os historiadores têm sido mais prudentes e têm tentado oferecer estudos de caso detalhados de cidades e metrópoles específicas, ainda que estes sejam frequentemente apresentados como oferecendo implicações mais gerais. De fato, na historiografia recente tornou-se crescentemente claro que a relação entre espaço e classe é fundamental para a conceitualização da própria formação de classe. Desse modo, historiadores enfatizando a persistência do poder da aristocracia ou da *gentry* na Inglaterra destacaram as bases imperiais de sua hegemonia³⁹. Outros mostraram como a influência aristocrática era baseada em lugares particulares tais como o sudeste da Inglaterra ou o *West End* de Londres⁴⁰. Enquanto isso, historiadores que são críticos da nova ortodoxia que enfatiza a persistência aristocrática, tais como Gunn, Morris, Davidoff e Hall ou Koditschek⁴¹, salientaram o significado das novas classes médias*, voltando sua atenção às novas áreas urbanas de Manchester, Leeds, Birmingham ou Bardford. Assim, argumentos sobre a importância social das novas classes médias estão ligados a reivindicações sobre a importância relativa de várias cidades na Grã-Bretanha vitoriana. Além disso, a partir dos anos 1970 estudos da classe operária crescentemente abrangeram uma dimensão local, recorrentemente sendo estudos de caso de áreas industriais específicas que

³⁸ Stedman Jones, G. *Languages of Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. Joyce, P. (1990).

³⁹ Cain, P. e Hopkins, E. *British Imperialism 1600-1914*. London: Longman, 1992.

⁴⁰ Rubinstein, W. D. *Men of Property*. London: Croom Helm, 1981; Atkins, P. “The spatial configuration of class solidarity in London’s west end”. *Urban History Yearbook*, 1990, pp. 36-65.

⁴¹ Gunn, S. “The failure of the Victorian middle class: A critique”. In: Wolff, J, e Seed, J. (eds.). *The Culture of Capital*. Manchester: Manchester University Press, 1988; Morris, R. J. “The middle classes and British towns and cities of the industrial revolution, 1780-1870”. In: Fraser, D. e Sutcliffe, A. (eds.). *The Pursuit of Urban History*. London: Edward Arnold, 1983; Davidoff, L. e Hall, C. *Family Fortunes: Men and Women of the English Middle Class 1780-1850*. London: Hutchinson, 1987; Koditschek, T. *Class Formation and Urban Industrial Society: Bradford 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

* No original, “middle classes”. A tradução exata deste termo para o português é, segundo os tradutores Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, “infelizmente impossível: ‘classe intermediária’ (entre a ‘classe alta’, por um lado, constituída pela monarquia, a nobreza e a igreja, e a ‘classe baixa’, dos camponeses com ou sem terra, dos artífices e domésticos, dos ‘trabalhadores pobres’, por outro lado), ou ‘classe burguesa e pequeno-burguesa’ ainda diferenciada no período que nos ocupa.” Ver Eric J. Hobsbawm. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 20. (Nota dos tradutores do artigo)

frequentemente repudiavam tentativas de cobrir toda a nação, como era o caso na obra de E. P. Thompson⁴². A formação da classe operária tem sido crescentemente explorada em seu contexto local. Em resumo, a questão da formação de classe na historiografia britânica recente tem crescentemente se tornado ligada às questões de espaço, localidade, território, urbanismo e império. Contudo, é interessante reconhecer que é raro, de fato, para historiadores explicitamente apresentar as implicações espaciais de seus argumentos⁴³.

Indicarei que os problemas que especifiquei na abordagem de “formação de classe” – seu historicismo fraco; sua dificuldade em manejar o “declínio” assim como a “ascensão” da classe; sua imprecisão quanto a termos; sua desatenção ao espaço – podem ser remediados conjuntamente. Isto é, uma maior consciência da dimensão espacial de classe pode nos dar um modo mais preciso de pensar sobre classe e pode oferecer um modo de nos sensibilizar para o “desfazer-se” da classe. Este é, de fato, o desafio deste artigo. Eu começo esclarecendo os termos.

CONCEITUALIZANDO FORMAÇÃO DE CLASSE

Deixem-me primeiro tentar tratar da “frouxidão” do termo formação de classe. Muito genericamente, a formação de classe pode ser mais bem entendida como a criação de classes como “coletividades sociais”. Esta visão deve algo ao modo pelo qual os weberianos exploram a “delimitação” de grupos sociais, mas sua afirmação principal sugere que classes não apenas existem estruturalmente, mas necessitam existir em um sentido que seja socialmente significativo para as próprias pessoas⁴⁴. Isto é ainda vago: como nós sabemos quando uma coletividade social existe? Quão coletiva as coletividades sociais precisam ser? E de que modos coletividades sociais tornam-se envolvidas em ação política? Analisarei esta questão considerando algumas das principais abordagens teóricas ao estudo da formação de classe.

Um modo de pensar sobre a formação de classe é aquele desenvolvido pelo sociólogo estadunidense marxista E. O. Wright. Tal autor sugere que formação de classe é a “estrutura real de relações sociais no interior de uma classe” e ele argumenta que estas são determinadas como um resultado de capacidades estruturais e capacidades organizacionais

⁴² Savage, M. “Social class and urban history: Two paradigms”. *Urban History*, 20, 1993, pp. 1, 61-77.

⁴³ Gilbert, D. *Class, Community and Collective Action: Social Change in two British Coalfields, 1850-1926*. Oxford: Clarendon, 1992; Smith, D. *Conflict and Compromise: Class Formation in the English Society 1830-1914*. London: Routledge, 1982.

⁴⁴ Essa definição ainda levanta questões complexas. Como as classes como coletividades sociais distinguem-se de outras coletividades (não baseadas em classe)? Ver Savage, M., Barlow, J., Dickens, P. e Fielding, A. J. *Property, Bureaucracy and Culture: Middle-Class Formation in Contemporary Britain*. London: Routledge, 1992. Eu tenho argumentado que a adoção de uma perspectiva crítica realista pode oferecer uma solução para isso, já que a coletividade baseada em classe pode ser definida a partir de relações sociais de exploração. Isso aponta para outras questões que, entretanto, não podem ser discutidas aqui. Porém, sobre este ponto, vejam a recente discussão em Butler e Savage (1995).

da classe⁴⁵. As primeiras são elementos da sociedade capitalista que permitem aos trabalhadores serem unificados, enquanto as últimas se referem aos vínculos organizacionais que podem ser estabelecidos. No primeiro caso, Wright aponta para duas forças principais que podem unificar a classe trabalhadora: os processos comunitários e os processos econômicos que produzem o “trabalhador coletivo” (principalmente, por meio da produção em massa). Há dois problemas aqui: primeiro a ênfase é preferencialmente formalista, ela apoia-se no delineamento de lugares formais em que membros individuais da classe podem se congregar. Não há nenhuma razão necessária pela qual operários em grandes fábricas possam engajar-se coletivamente com seus colegas, e, de fato, a evidência aponta antes para o contrário (um ponto que Wright reconhece). Em segundo lugar, é possível contestar a lógica explicativa de Wright de comunidades e de formação de classe. Como o antropólogo A. P. Cohen argumentou, comunidades, de fato, criam divisões entre “inseridos” e “excluídos”, e embora elas possam unir membros da classe em uma “comunidade”, elas podem uni-la contra outras comunidades da classe operária alhures⁴⁶. Exatamente o mesmo ponto pode ser suscitado sobre os lugares de produção em massa; eles podem, de fato, criar novos tipos de divisão intraclasse (entre fábricas, ou especialização) tanto quanto superá-las. Além disso, a distinção de Wright entre capacidades de classe estruturais e organizacionais requer distinguir entre dois tipos de fenômenos (relações sociais de organização coletiva e de mobilização política) que o conceito de formação de classe poderia, supostamente, iluminar.

O problema aqui, aquele da relação entre a história social e a “política”, é antigo⁴⁷. Entretanto, por reivindicar simplesmente que há dois tipos de formação de classe, um que diz respeito às relações sociais e outro à organização, Wright reproduz este dualismo por decreto, sem dar nenhuma indicação conceitual de como os dois poderiam relacionar-se um com o outro.

Um problema muito similar ocorre na explicação de Lash e Urry do modo pelo qual recursos sociais e culturais podem ser usados para sustentar ação coletiva⁴⁸. Eles sugerem que recursos organizacionais e discursivos podem ser importantes em permitir que o “problema da carona” seja superado, e que a mobilização coletiva seja facilitada. Entretanto, como em Wright, a distinção entre estes dois recursos incapacita qualquer tentativa séria para explorar sua interligação. Além disso, embora sua sugestão de que os discursos têm um papel autônomo em facilitar a ação social seja atrativa, ela é também obscura porque formas resultantes de identidade social deveriam ser vistas em termos de classe, antes que

⁴⁵ Wright, E. O. *Class, Crisis and the State*. London: Verso, 1979, p. 98; Wright, E. O. *Classes*. London: Verso, 1985.

⁴⁶ Cohen, A. P. *Belonging*. Manchester: Manchester University Press, 1985.

⁴⁷ Eley, G. e Nield, K. “Why does social history ignore politics?”. *Social History*, May, 1980, pp. 249-71; Stedman Jones, G. (1983); Katznelson, I. (1994).

⁴⁸ Lash, S. e Urry, J. (1984).

em termos do discurso que está facilitando a ação coletiva em questão⁴⁹. Um exemplo histórico interessante do problema a que isto poderia conduzir é a afirmação de Epstein de que os primeiros radicais ingleses do século XIX usaram o “boné da liberdade” como um emblema (um recurso) para criar um senso de unidade e para se identificar como membros da classe operária (e não da classe média)⁵⁰. Todavia, como Joyce corretamente argumenta, este uso do conceito de classe é inteiramente gratuito, visto que não há razão intrínseca pela qual um emblema deveria ter uma conotação de classe específica⁵¹.

A abordagem para formação de classe oferecida pelo sociólogo John Goldthorpe também percorre caminhos similares⁵². Goldthorpe distingue entre formação de classe “demográfica” e formação de classe “sociopolítica”. Ele argumenta que classes estão “demograficamente” formadas quando elas incorporam indivíduos oriundos delas mesmas. Se uma classe social particular recruta extensivamente de outras classes, então ela é provavelmente composta de tipos heterogêneos de pessoas, resultando disso uma menor aptidão para se engajar em ação coletiva do que se ela fosse fundamentalmente autorrecrutante⁵³. Mesmo se há uma alta taxa de autor-recrutamento, Goldthorpe enfatiza que ela não assegura que a ação coletiva aconteça necessariamente, uma vez que a formação de classe “sociopolítica” não pode ser extraída da formação de classe demográfica sozinha. Organização política e mobilização cultural desempenham um papel independente⁵⁴. Admitidamente, tendo empregado esta “rota de fuga”, Goldthorpe ocasionalmente sugere que a formação de classe demográfica explica algumas formas de orientações e perspectivas políticas, por exemplo, em seu argumento de que as classes médias estão politicamente divididas na Grã-Bretanha contemporânea por causa da diversidade de suas experiências, embora exista uma cultura de classe operária muito mais “madura”, baseada no fato de que a maior parte dos trabalhadores manuais procede de experiências de trabalhador manual.

A vantagem de ver a formação de classe nos termos demográficos de Goldthorpe é que ela pode ser mensurada e estudada de modos mais rigorosos que aqueles evidentes em outros tipos de estudos de formação de classe. A desvantagem, todavia, é que distinguindo formação de classe “sociopolítica” e “demográfica”, Goldthorpe parece conceder preponderância às implicações do autorrecrutamento em relação a outros aspectos da formação de classe, que são, na melhor das hipóteses, tangenciais. De fato, os processos relacionando autorrecrutamento a mobilização política não estão de modo algum claros. Historiadores como Stone argumentaram que a resiliência da aristocracia inglesa, sua

⁴⁹ Para ser justo com Lash e Urry, eles estão menos preocupados com a questão de classe do que com as condições gerais que permitem a ação coletiva em si mesmas.

⁵⁰ Epstein, J. “The cap of liberty”. *Past and Present*, CXXII, February, 1986.

⁵¹ Joyce, P. (1990).

⁵² Goldthorpe, J. H. *Social Mobility and the Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon, 1987.

⁵³ Savage, M. “Social mobility and class analysis: A new agenda for social history”. *Social History*, 19, 1, 1994, pp. 69-80.

⁵⁴ Goldthorpe, J. H. e Marshall, G. “The promising future of class analysis”. *Sociology*, 26, 1992, pp. 384-5.

habilidade para permanecer poderosa e hegemônica, de fato assentou-se em sua abertura aos “outsiders”⁵⁵. Esta é uma lógica diferente daquela apresentada por Goldthorpe, que vê formação de classe forte como sendo baseada em fechamento aos “outsiders”⁵⁶. Por outro lado, há outra evidência para apoiar as afirmações de Goldthorpe. Savage e Miles que mostram que a presença política crescente da classe operária na Grã-Bretanha vitoriana tardia e eduardiana pareceu ocorrer ao mesmo tempo que a classe operária se tornou mais madura demograficamente⁵⁷. Este não é o momento para avançar nesse assunto. O importante é simplesmente que a elaboração da precisa relação entre mobilidade social e formação de classe permanece um ponto em aberto para o qual ainda não construímos uma abordagem distinta. O problema principal está claramente exposto: as explicações existentes de formação de classe não encontraram modos plausíveis de relacionar formação de classe a ação coletiva e mobilização política.

Neste ponto, é útil observar a questão de como coletividades sociais são formadas de um ângulo diferente, introduzindo um conjunto distinto de trabalho sociológico – a teoria de rede⁵⁸. Os analistas de rede argumentam contra a visão de que uma localização estrutural do indivíduo em qualquer momento no tempo tenha qualquer significado social intrínseco. Antes, são as redes em que as pessoas estão inseridas que explicam como coletividades se formam, como elas se desenham, como indivíduos estão aptos a estabelecer contatos e mobilizar recursos. Somente quando redes sociais vinculam pessoas, juntando-as, pode a ação coletiva ocorrer. Os analistas de rede têm desenvolvido várias técnicas para explorar os tipos de contatos entre pessoas, examinando como agrupamentos e núcleos podem ser distinguidos e assim por diante. Embora esta abordagem possa ser preferencialmente formalista, já que ela está mais interessada na existência de um vínculo mensurável entre duas pessoas que em sua natureza precisa ou qualidade, ela contém *insights* valiosos para refletirmos.

O ponto importante aqui é que teóricos de rede dedicaram atenção a modos diferentes e possivelmente contraditórios pelos quais as redes operam, e a partir desta pista começaram a mostrar como poderíamos pensar sobre a formação de classe de modos mais sutis que simplesmente sua existência ou não existência. Aqui, simplifico a teoria de redes radicalmente para distinguir, somente, dois modos de pensar sobre elas. Um deles é explorar a densidade de redes. Nesse caso, o interesse reside em examinar em que medida um dado grupo de indivíduos tem contatos uns com os outros. Se em um grupo de indivíduos todos conhecem uns aos outros, então a densidade é muito alta, e poder-se-ia admitir que é mais fácil para um sentido de identidade comum originar-se e,

⁵⁵ Stone, L. *An Open Elite?* Oxford: Oxford University Press, 1984.

⁵⁶ Pode ser argumentado que esse é um exemplo confuso, já que Goldthorpe pode aceitar que a aristocracia inglesa não era demograficamente formada. Entretanto, isso apenas reforçaria o ponto de que a força política e cultural das classes parece difícil de ser ligada à extensão do seu autorrecrutamento.

⁵⁷ Savage, M. e Miles, A. (1994).

⁵⁸ Scott, J. *Social Network Analysis*. London: Sage, 1991; Berkowitz, S. D. *An Introduction to Structural Analysis*. Toronto: Bellhaven, 1982.

consequentemente, para esse grupo social vir a ser uma “coletividade social”. É relativamente fácil ver como a formação de classe poderia ser vista em termos de rede, ocorrendo quando haja densas redes intraclasse, mas fracas ou não existentes redes interclasses (isto é, entre indivíduos em diferentes classes sociais).

Entretanto, um outro modo de observar a formação de classe é possível. Este é inspirado no bem conhecido estudo de Granovetter de como indivíduos encontram empregos, e em particular seu reconhecimento da “força dos vínculos fracos”⁵⁹. Granovetter entende com isso que aquelas pessoas que conseguem obter mais facilmente conhecimento sobre vagas de trabalho não necessariamente são aquelas em pequenas redes densas, mas aquelas que têm um grande número de contatos que elas consideram fracos, e que poderiam passar informações sobre abertura de vagas. Claramente, quanto mais pessoas se conhece, mais apto se estará para obter algum tipo de informação relevante, ao passo que conhecer poucas pessoas muito bem (tendo uma rede densa) pode não ser muito útil. A densidade dos vínculos não é tão relevante quanto sua extensão. Desse modo, adotando o raciocínio de Granovetter, a “panelinha” da classe superior britânica opera, não pedindo a ajuda de uns poucos parentes ou amigos, como sabemos muito bem, mas invocando o auxílio, quando necessário, de um amplo número de conhecidos, de relações estabelecidas na escola pública, na universidade ou no clube de cavalheiros.

Esta é uma oposição muito sugestiva que oferece um modo interessante de pensar sobre as dinâmicas complexas da formação de classe. A formação de classe tem uma dinâmica dual. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes – locais de trabalho, vizinhanças residenciais, pontos de encontro de lazer e assim por diante. Nestas situações, a informação pode ser passada adiante, organizações construídas, ideias reunidas, mobilização coordenada. Esta perspectiva é congruente com a insistência do sociólogo histórico Michael Mann em que a classe social é baseada em vínculos “extensivos”, em contraste com o caráter “segmentar” de relações sociais não classistas⁶⁰. Segundo, a formação de classe também envolve a construção de vínculos densos que permite a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal. Aqui, as classes podem ser “extraídas” da comunidade, de relações face a face, que conduzem à solidariedade social. As possíveis diferenças entre estes dois tipos de vínculos foram examinadas recentemente por Gould, especialista em sociologia histórica, em seu estudo sobre a Comuna de Paris⁶¹. Gould argumenta que os “comunards” apoiavam-se parcialmente em redes densas de vizinhança, mas também que eles eram capazes de colaborar em um nível interbairros, porque os ativistas eram recrutados em redes de vizinhança diferentes e estavam aptos a unificar atividades de distintos bairros. Entretanto,

⁵⁹ Granovetter, M. *Getting a Job*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1974.

⁶⁰ Mann, M (1986); Mann, M. (1993).

⁶¹ Gould, R. “Multiple networks and mobilisation in the Paris Commune”. *American Sociological Review*, 56, 1991, pp. 716-29; Gould, R. “Trade cohesion, class unity and urban insurrection: Artisanal activism in the Paris Commune”. *American Journal of Sociology*, 98, 1992, pp. 721-54.

embora neste caso as duas redes se reforçassem mutuamente, é igualmente possível a elas confrontar-se. A existência de vínculos densos de localismo pode trabalhar contra a construção de vínculos de alcance mais amplo, enquanto um envolvimento do indivíduo em rede de amplo alcance pode excluí-lo do mundo local denso da vizinhança. Essas são questões empíricas. Todavia, temos, pelo menos, uma sugestão de como as redes podem afetar o processo de formação de classe, e também como o alcance espacial das redes deveria ser foco importante de investigação.

ESPACIALIDADE E FORMAÇÃO DE CLASSE NA HISTÓRIA BRITÂNICA

Meu argumento é que a distinção entre redes que são densas e aquelas com largo alcance esclarece os modos contraditórios pelos quais o espaço está implicado na formação de classe. Desenvolvo este argumento tentando indicar como isso diminui a confusão e ambiguidade que estão presentes nas explicações históricas existentes sobre o papel do espaço na formação de classe. Eu argumentei alhures que é importante considerar lugares não simplesmente como localidades em que a formação de classe ocorre, mas eles próprios como constituintes da formação de classe⁶². Os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais. Entretanto, embora esta visão de espaço e classe seja útil, ela ainda permanece vaga e artilosa. De que modos precisos está envolvido o espaço na construção de identidades sociais? Não há um risco que ao espaço seja dada importância demais, como sugerem os geógrafos que falam dos problemas do fetichismo espacial pelo qual o espaço – entendido simplesmente aqui como uma entidade física, euclidiana – é considerado causa de fenômenos sociais?⁶³

Dentro da historiografia existente, o espaço tem sido comumente manejado de dois modos contrastantes. Muito frequentemente, o estudo detalhado de um lugar particular tem sido um procedimento metodológico. Como eu argumentei alhures⁶⁴, dentro desta tradição lugares foram principalmente vistos como “áreas de estudos de caso”⁶⁵. Um estudo detalhado de uma cidade ou metrópole permitiu uma pesquisa em profundidade que, através do estudo da área delimitada geograficamente, proporcionou conexões complexas entre arcabouços econômicos, culturais e institucionais locais e movimentos políticos a serem explorados. Apoio para esta abordagem de “estudo de caso” era evidente no pioneiro

⁶² Savage, M. (1993).

⁶³ Duncan, S. S. “What is locality?”. In: Peet, D. e Thrift, N. (eds.). *New Models in Human Geography*, vol. 2. London: Unwin Hyman, 1989; Duncan, S. S. e Savage, M. “Space, scale and locality”. *Antipode*, 21, 3, 1989, pp. 179-206.

⁶⁴ Savage, M. “The rise of the Labour Party in local perspective”. *Journal of Regional and Local Studies*, Summer, 1990, pp. 1-16; Savage, M. (1993).

⁶⁵ Duncan, S. S. (1989); Duncan, S. S. e Savage, M. (1989).

chamado de Briggs⁶⁶ para estudos locais sobre o Cartismo, mas esta abordagem alcançou novo nível de sofisticação com a comparação feita por John Foster entre a consciência de classe e a estrutura social em diferentes cidades industriais: South Shields, Northampton e Oldham⁶⁷. Foster usou estudos de caso destas cidades para mostrar que a consciência de classe revolucionária (que ele defendeu que existiu somente em Oldham) devia-se não à pobreza extrema, mas a padrões de segregação residencial e formas de liderança política. Embora o argumento de Foster tenha sido empiricamente questionado e agora não seja convincente⁶⁸, o que permanece interessante em sua explicação é sua metodologia, seu fundamento em estudos de caso locais e o uso do método comparativo.

Desde o tempo de Foster, o uso de estudos de caso locais tornou-se ainda mais difundido. Nos anos 1970, uma série de monografias sobre a aristocracia operária usou explicitamente pesquisa local na cidade de Edinburgh e no distrito de Kentish em Londres⁶⁹. Nos anos 1980, uma onda de estudos sobre o movimento operário em diferentes localidades⁷⁰ e análises sobre as classes médias em várias cidades⁷¹ emergiu. A proliferação da história urbana, especialmente como manifestada nas páginas do *Urban History Yearbook*, também popularizou o estudo de caso local como um instrumento de pesquisa-chave. Entretanto, muito deste trabalho, embora usando explicitamente estudos de casos locais, não estava especialmente interessado em como a espacialidade afetava as relações sociais *per se*. O local era um foco antes metodológico que substantivo. De fato, o espaço era comumente aquinhoado com um papel insignificante. Os lugares eram cenários, ou molduras, em que o historiador poderia delinear processos de seu interesse e eles não eram importantes em suas próprias prerrogativas. Todavia, ao longo dos anos 1980 historiadores e geógrafos começaram, às vezes hesitantemente, a desenvolver uma abordagem diferente para classe e espaço. Aqui, a ênfase não era sobre o lugar como uma área de estudo de caso, onde a formação de classe poderia ou não ocorrer, mas sobre o lugar como um constituinte da formação de classe. Para além de um cenário, o lugar era visto como desempenhando um papel vital em determinar a extensão, a natureza e o modo da formação de classe.

O conceito central usado nesta tradição é a noção de que lugares são importantes para a formação de classe porque eles se tornam habitats de grupos sociais particulares. Esta noção implicitamente recorre à ideia de que a densidade de contatos em uma arena

⁶⁶ Briggs, A. *Chartist Studies*. London: Macmillan, 1959.

⁶⁷ Foster, J. (1974).

⁶⁸ Gadian, D. "Class consciousness in Oldham and other north-western towns". *Historical Journal*, 21, 1978, pp. 161-72; Winstaley, M. "Oldham radicalism, and the origins of popular liberalism". *Historical Journal*, 36, 3, 1978, pp. 619-44.

⁶⁹ Gray, R. *The Labour Aristocracy in Victorian Edinburgh*. Oxford: Oxford University Press, 1977; Crossick, G. (1978).

⁷⁰ Savage, M. *The dynamics of Working Class Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; Lancaster, B. *Radicalism, Co-operation and Socialism: Leicester Working-Class Politics 1860-1914*. Leicester: Leicester University Press, 1987; McKinlay, A. e Morris, R. J. *The ILP on Clydeside*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

⁷¹ Morris, R. J. *Class, Sect and Party: The Making of the British Middle Class, 1820-1850*. Manchester, 1990; Koditschek, T. (1990).

local dada é significativa, e, portanto, apoia-se nos conceitos de rede que elaborei acima. Esta visão de “habitat” é, de fato, uma ideia muito velha que tem vindo à tona, de uma forma ou outra, ao longo de 150 anos. Sua elaboração mais antiga encontra-se nos escritos dos comentadores sociais vitorianos que se interessaram no modo pelo qual a segregação permitia às classes sociais morarem em diferentes partes da cidade, desse modo tornando-se “fechadas” e – no caso de setores dos trabalhadores pobres – grupos potencialmente perigosos e subversivos. Este interesse é evidente na narrativa de Engels sobre Manchester e Salford em 1844, e a persistência destes interesses foi demonstrada pela explicação de Stedman Jones de *Outcast London*, e mais recentemente pelo estudo de Walkowitz da *City of Dreadful Delight*⁷². Em ambos os casos, os autores mostraram como homens de classe média vitoriana estavam preocupados em como a geografia social em transformação de Londres permitia uma maior separação de grupos sociais, resultando na intensificação das ameaças sociais.

Ao longo do século XX, esta noção foi desenvolvida e refinada, mas não foi, em seus fundamentos, significativamente revisada, e permanece a maneira mais comum para os historiadores examinarem como a formação de classe é um processo espacial. A Escola de Chicago, uma influência decisiva para a sociologia urbana desde o começo dos anos 1920, desenvolveu esta perspectiva advogando a ideia de “ecologia humana”. Aqui, argumentou-se que assim como as espécies de plantas estavam localizadas em seus habitats “naturais”, nas cidades, os diferentes grupos sociais tendiam a encontrar seus próprios habitats através de um processo social de segregação social. Como grupos sociais particulares estabeleciam seus próprios habitats, então sub-culturas distintas emergiam. Embora o arcabouço teórico da ecologia humana tenha sido amplamente criticado⁷³, a noção de segregação espacial permanece central na história e geografia urbanas⁷⁴.

Embora a ideia de lugar como habitat seja um lugar-comum, ela é também altamente problemática. A questão fundamental levantada é como precisamente a segregação social afetaria as perspectivas sociais e políticas dos vários grupos sociais. A afirmação mais comum nesse caso é uma versão dos argumentos de Kerr e Siegel sobre os significados das “massas isoladas”⁷⁵. Kerr e Siegel sustentaram que a propensão para greve de mineiros de carvão devia-se ao fato de que eles viviam em grupos isolados, largamente suprimidos de outros contatos sociais, com pouca perspectiva de mobilidade social ou geográfica⁷⁶. Embora

⁷² Stedman Jones, G. *Outcast London*. Harmondsworth: Penguin, 1971; Walkowitz, J. *City of Dreadful Delight: Narratives of Sexual Danger in late-Victorian London*. London; Virago, 1992.

⁷³ Saunders, P. *Social Theory and the Urban Question*. London: Hutchinson, 1981; Smith, M. P. *The City and Social Theory*. Oxford: Blackwell, 1981.

⁷⁴ Ver as reflexões cuidadosas de Dennis (1984).

⁷⁵ Kerr, C. e Siegel, A. “The inter-industry propensity to strike: An international comparison”. In: Kornhauser, A., Dubin, R. e Ross, A. M. (eds.). *Industrial Conflict*. New York: McGraw Hill, 1954.

⁷⁶ Church, R., Outram, O. e Smith, D. N. “The isolated mass revisited: Strikes in British coalmining”. *Sociological Review*, 59, 1, 1991, pp. 55-87; Gilbert, D. (1992). Ver também Church et al., 1991.

sujeita a ataque ocasional⁷⁷, a ideia frequentemente é retomada em uma forma ou outra. Nessas circunstâncias, a ambiguidade central, conhecida por nós hoje como o que poderia ser denominado “dilema de Cannadine”, surge. Em um influente artigo, Cannadine sugeriu que a segregação social tinha implicações indeterminadas para a consciência de classe, e conseqüentemente, para o conflito de classe⁷⁸. O argumento de Cannadine era que a segregação social poderia levar ao conflito quando as classes, cada uma em seu próprio habitat, desenvolvessem culturas próprias que se tornassem mutuamente antagônicas. Do mesmo modo, entretanto, poderia conduzir a colaboração de classe, uma vez que a separação das classes poderia reduzir o contato e a tensão entre elas, atraindo a classe trabalhadora “para dentro”, tornando-as mais preocupadas com as tensões de *status* entre seus próprios componentes. Em resumo, não há nenhuma relação óbvia entre padrões de identidade de classe, ação coletiva e segregação.

O “saber convencional” sobre essa questão parece favorecer a ideia de que trabalhadores em comunidades “fechadas”, nas quais vínculos sociais densos podem ser facilmente sustentados, estão mais aptos a auxiliar/facilitar a ação coletiva que trabalhadores em áreas urbanas de ampla escala, onde há considerável rotatividade populacional e maior grau de anonimato e isolamento. O estudo de MacIntyre da “Pequena Moscou” mostra que, no período entreguerras, uma cultura política militante organizada em torno do Partido Comunista pôde ser criada em poucas comunidades industriais isoladas, frequentemente assentadas em torno de uma única indústria, tais como mineração ou têxtil⁷⁹. Tais comunidades eram muito pouco diferentes de inúmeros outros assentamentos que experimentavam pouquíssima presença comunista. MacIntyre mostra como o isolamento destas comunidades em relação ao mundo exterior permitiu ao Partido Comunista destacar-se, constituindo-se como o partido local de governo por desempenhar um papel-chave nos negócios locais. Nessas situações, o Partido Comunista estava apto a atrair lealdades e identificação locais e a se apresentar como o partido natural do governo municipal.

Em contraste, alguns historiadores têm apontado para a fraqueza da classe trabalhadora organizada em áreas metropolitanas extensas onde a rotatividade populacional tende a ser maior. Hobsbawm salienta que, na velha Londres, os sindicatos identificavam-se com áreas locais antes que com a cidade de Londres como um todo⁸⁰. Savage e Miles desenvolveram este argumento sugerindo que as cidades vitorianas, devido às suas débeis estruturas de vizinhança, deram, em geral, pouco espaço para sindicatos e

⁷⁷ Edwards, P. K. “Patterns of conflict and accommodation”. In: Gallie, D. (ed.). *Employment in Britain*. Oxford: Blackwell, 1988; Gilbert, D. (1992).

⁷⁸ Cannadine, D. “Residential differentiation in the 19th century towns: From shapes on the ground to shapes in society”. In: Johnson, J. e Pooley, C. G. (eds.). *The Structure of 19th Century Cities*. London: Macmillan, 1982.

⁷⁹ MacIntyre, S. *Little Moscovs: Communism and Working-Class Militancy in Inter-War Britain*. London: Croom Helm, 1980.

⁸⁰ Hobsbawm, E. (1964).

políticos de esquerda⁸¹. Similarmente, Gould mostrou que quando foi possível aos trabalhadores unirem-se em uma base urbana de ampla escala, como no caso da Comuna de Paris, isto se deveu ao modo pelo qual as redes de diferentes vizinhanças aliaram-se umas às outras por meio de associações e instituições metropolitanas⁸².

Entretanto, seria simplista pensar que a mobilização da classe trabalhadora seja mais fácil em comunidades pequenas e densas do que em grandes conglomerados urbanos. Há evidência contrária que argumenta pela passividade política de comunidades da classe trabalhadora. Consideremos, por exemplo o relato de Robert Roberts sobre Salford eduardiana, que afirma suas características comunitárias, mas também insiste em como seu isolamento diminuiu a militância por reduzir os horizontes de seus moradores⁸³. Nos termos introduzidos por Runciman, os grupos de referência destes trabalhadores estavam, de fato, limitados por estarem isolados, desse modo tornando-os menos militantes⁸⁴. Há também evidência de que a formação de classe depende de romper vínculos localistas e desenvolver contatos em uma escala mais ampla. Consideremos o relato de Joyce das cidades têxteis vitorianas. Baseando-se na ideia de Marshall da “colônia fabril”, Joyce argumentou que o padrão típico de crescimento urbano baseava-se não em grandes cidades anônimas, mas em colônias fabris “fechadas”, onde os trabalhadores moravam em estreita proximidade a seus locais de trabalho e onde os empregadores poderiam exercer sua influência. Somente com a ruptura da coesão e isolamento de tais lugares – que Joyce vê como produto do transporte de massa e da bicicleta –, os trabalhadores começaram a questionar a ordem existente e a engajar-se em política socialista. “O que estava acontecendo por volta da virada do século era que o alcance das vidas das pessoas ampliou-se, expandindo-se como as cidades e metrópoles. A ordem antiga (isto é, paternalista) tinha florescido em uma cultura marcada pelo concreto particular, a visão local, e a participação pessoal...”⁸⁵.

De fato, Joyce talvez tenha corretamente entendido o papel da dinâmica espacial, embora compreendido mal a cronologia da militância operária em Lancashire. Na maior parte do período vitoriano, os trabalhadores em algodão não eram especialmente deferentes⁸⁶ e de fato estavam entre o primeiro grupo de trabalhadores industriais a ver a sindicalização muito difundida⁸⁷. É, entretanto, interessante notar que esta sindicalização rompeu os vínculos específicos de vizinhança enfatizados por Joyce. A sindicalização baseou-se na criação de lealdades inicialmente urbanas, e ao nível de Lancashire, exemplificadas, sobretudo, pelo estabelecimento da organização sindical em escalas espaciais maiores. A elaboração de listas de salários para distritos particulares, que começou em áreas de trança

⁸¹ Savage, M. e Miles, A. (1994).

⁸² Gould, R. (1993).

⁸³ Roberts, R. *The Classic Slum*. Harmondsworth: Penguin, 1971.

⁸⁴ Runciman, G. *Relative Deprivation and Social Justice*. London: Fontana, 1967.

⁸⁵ Joyce, P. *Work, Society and Politics*. Brighton: Harvester, 1980, pp. 337-8.

⁸⁶ Dutton, H. and King, J. *Ten Percent and No Surrender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982; Kirk, N. (1985); Savage, M. (1987).

⁸⁷ Burgess, K. *The Origin of British Industrial Relations*. London: Croom Helm, 1977; White, J. L. *The Limits of Trade Union Militancy: The Lancashire Textile Workers 1910-1914*. Westport, Conn.: Greenwood, 1978.

de algodão nos anos 1850 e em áreas de fiação de algodão um pouco mais tarde, era um exemplo disto⁸⁸. Em resumo, a mobilização de classe era tão dependente do alargamento dos vínculos operários sobre áreas espaciais mais amplas quanto da densidade de vínculos no interior dos bairros.

A mesma questão é levantada em outros casos. Os distritos mineradores no sul do País de Gales eram dos mais militantes e combativos da Grã-Bretanha. Seu grau de apoio ao Partido Trabalhista e ao Partido Comunista e às causas de esquerda é bem conhecido⁸⁹. Tanto Gilbert quanto MacIntyre relacionam isto aos estreitos vínculos locais e comunitários alimentados nesse lugar – a estreita relação entre as minas e os vilarejos, e o fato de que os proprietários estavam ausentes permitiram uma cultura operária autônoma florescer⁹⁰. Contudo, como Cooke argumentou, o que é também notável no caso do sul do País de Gales foi o modo pelo qual os mineiros construíram uma infraestrutura organizacional que ligou diferentes comunidades “fechadas”, especialmente através da Federação dos Mineiros do sul do País de Gales, mas também através das igrejas⁹¹.

Um exemplo final é especialmente instrutivo. A natureza mutável das relações de classe nas estradas de ferro do fim do período vitoriano representou, em microcosmo, muitas das mudanças mais amplas que ocorreram na sociedade britânica naquela época. Por grande parte do período até meados da década de 1880, os ferroviários tiveram dificuldade para estabelecer sindicatos, principalmente devido à hostilidade das companhias de trens em relação à ideia de negociação coletiva e representação sindical⁹². A primeira grande onda de sindicalização em estradas de ferro ocorreu ao longo do crescimento do “novo sindicalismo” do fim dos anos 1880. Os níveis de sindicalização estabilizaram-se nos anos 1890 antes de se elevarem novamente no começo do século XX, e a agitação industrial nas estradas de ferro nos anos antes da guerra forçou os empregadores a conceder o direito sindical à negociação coletiva em 1909. Em apenas uns poucos anos, as estradas de ferro deixaram de ser reconhecidamente “vitorianas” em suas relações de trabalho, insistindo em seu direito exclusivo para tratar com seus trabalhadores, para serem arquétipos dos novos empregadores burocráticos que operavam procedimentos de negociação coletiva. Os próprios trabalhadores em estradas de ferro tornaram-se bastiões do movimento operário, desempenhando um papel central na política nacional e local do Partido Trabalhista, frequentemente fornecendo a espinha dorsal das organizações do partido naquelas áreas carentes de indústrias sindicalizadas e tradições trabalhistas.

Contudo, se os trabalhadores em estradas de ferro desempenharam um papel central na formação da classe trabalhadora, eles dificilmente demonstram as características espaciais de comunidades mineradoras ou outras áreas de “indústria única”. Além das

⁸⁸ Turner, H. A. *Trade Union Growth, Structure and Policy*. Manchester: Manchester University Press, 1959.

⁸⁹ Gilbert, D. (1992).

⁹⁰ MacIntyre, S. (1981); Gilbert, D. (1992).

⁹¹ Cooke, P. (1985). “Class practices as regional markers”. In: Gregory, D. e Urry, J. (eds.). *Social Relations and Spatial Structures*. Basingstoke: Macmillan, 1985.

⁹² Bagwell, P. *The Railwaymen*. London: Allen and Unwin, 1963.

idades com oficinas de trens, tais como Swindon ou Crewe, os trabalhadores em estradas de ferro estão espacialmente dispersos e não podem formar “comunidades ocupacionais”. Muitos viajavam rotineiramente no exercício de seu trabalho, como condutores de locomotivas ou guardas, e um considerável número foi transferido por seus empregadores para diferentes partes de sua rede. A criação do sindicalismo de trabalhadores em estrada de ferro era, na verdade, dependente da superação de vínculos localistas fortes. Como Bagwell relata, nos anos 1860 e 1870 um obstáculo para a sindicalização era a hostilidade entre ramos (das estradas de ferro), e especialmente a relutância dos ramos locais a concentrar os fundos e administração em Londres. Em 1874, um novo Secretário-Geral centralizador assumiu a direção da Sociedade Unificadora dos Empregados em Ferrovias. Em resposta:

Os ramos de Pontypool e Reading recusaram-se a reconhecer sua autoridade e estavam considerando procedimentos legais...O ramo de Cambridge recusou-se a remeter quaisquer fundos ao Escritório Central, poucos ramos limitaram seus gastos às quantias permitidas pelas regras da Sociedade e centenas de ramos não tinham enviado suas folhas de balanço do ano anterior⁹³.

O sindicalismo dos ferroviários dependeu da sua capacidade de superar tal localismo e criar uma rede institucional que permitisse conexões entre os vários lugares. O processo que facilitou isto incluiu o crescimento do tamanho das companhias quando elas se fundiram e a prática das empresas em transferir seus trabalhadores entre estações e depósitos. Mas, finalmente, ela dependeu do trabalho de ativistas, do desenvolvimento de arcabouços institucionais que transcendessem lugares específicos e das atividades culturais sindicais, tais como a criação do jornal *Railway Review*, em 1873.

Portanto, o maior problema com a noção de lugares como habitats é que vínculos densos não parecem em si mesmos ser suficientes para sustentar a formação de classe ao nível da mobilização política. Não é, portanto, surpreendente que Dennis pudesse somente enfatizar a indeterminação do papel da segregação social em seu detalhado levantamento sobre aspectos da geografia histórica urbana⁹⁴. Parece-me que a densidade de vínculos intraclasse em uma área espacial “fechada” não é em si mesma o suficiente para garantir que a formação de classe ocorra. Antes, sugiro que a mobilização política depende da criação de vínculos entre lugares específicos. Agora, desenvolvo este ponto considerando como este argumento poderia lançar luz sobre a questão geral das relações de classe.

⁹³ Ibid., p. 75.

⁹⁴ Dennis, R. (1984).

REDES, RELAÇÕES DE CLASSE E PODER

Tenho argumentado que a formação de classe depende fundamentalmente não apenas da densidade de redes sociais, mas também de seu alcance. Quaisquer redes sociais de longo alcance dependem de uma infraestrutura social, técnica e cultural que permita a manutenção de contatos além do nível face a face. Todavia, como Dennis Smith sugeriu em seu livro *Conflict and Compromise: Class Formation in English Society 1830-1914*, classes sociais diferentes têm diferentes propensões em estar aptas a estabelecer tais contatos, e o conflito de classe parcialmente tem lugar, realmente, na construção de tais infraestruturas. Smith distinguiu entre redes de vizinhança face a face; redes urbanas; e aquelas ao nível do “condado”. Ele salientou que tais tipos de rede tendiam a estar associados com classes sociais particulares: a vizinhança com a classe trabalhadora, a urbana com as classes médias, e o “condado” com a aristocracia; embora ele também tenha enfatizado que as classes poderiam tentar mobilizar mais que um desses níveis espaciais, e que as soluções resultantes poderiam ter importantes implicações para a mudança social. As formulações de Smith sugerem que as classes sociais podem estar dotadas com diferentes habilidades para estabelecer redes sociais abrangentes, e que este fato pode ter considerável importância em explicar os padrões gerais de sua formação.

Antes de desenvolver este ponto é útil esclarecer sua importância por meio de uma breve digressão. Foi sustentado por Anthony Giddens que uma característica central das sociedades modernas é o modo como as relações sociais são “expandidas” no tempo e no espaço, resultando a possibilidade de se engajar em interação com pessoas que não estão de fato presentes em um cenário face a face⁹⁵. Além disso, pode ser admitido que aqueles grupos sociais que estão aptos a expandir-se em diferentes lugares, e que estão aptos a valer-se de meios institucionais e tecnológicos e estabelecer redes em escalas espaciais mais amplas, são os mais bem-sucedidos em instaurar sua presença social e em assegurar sua hegemonia. A formação de classe exitosa envolve a mobilização de uma população dispersa, difusa, e, portanto, são aqueles grupos que estão aptos a construir redes ligando-os a pessoas em outros lugares não próximos, que estão mais aptos a mobilizar e organizar para defender e avançar seus interesses.

O argumento de Giddens tem implicações interessantes considerando o papel distintivo da aristocracia britânica no século XIX⁹⁶. As classes proprietárias de terra da Inglaterra foram capazes de manter seu domínio econômico pelo menos até 1870⁹⁷. As bases econômicas para essa permanência do poder aristocrático repousavam na renda da

⁹⁵ Giddens, A. (1984); Giddens, A. *The Consequences of Modernity*. Oxford: Polity, 1990.

⁹⁶ Anderson, P. “Origins of the present crisis”. *New Left Review*, 23, 1964; Rubinstein, W. D. (1981); Cannadine, D. *Lords and Landlords: The Aristocracy and the Towns, 1774-1967*. Leicester: Leicester University Press, 1979; Cain, P. e Hopkins, E. *British Imperialism 1600-1914*. London: Longmans, 1992.

⁹⁷ Rubinstein, W. D. (1981); Thompson, F. M. L. *English Landed Society in the Nineteenth Century*. London: Hutchinson, 1963.

terra, impulsionada pelo entusiasmo dos aristocratas em encontrar novos caminhos para investimentos, tais como no desenvolvimento da propriedade urbana⁹⁸. O poderio da aristocracia inglesa na vida social, política e cultural permaneceu, mesmo quando a depressão agrícola dos anos 1870 e a ascensão de interesses comerciais mais especializados começaram a erodir seu domínio econômico.

A formação de classe relativamente coesa que a aristocracia era capaz de manter estava relacionada às redes espaciais sofisticadas que as classes proprietárias de terras e a *gentry* eram capazes de constituir. Particularmente importante aqui, como Davidoff mostrou, é o modo como a etiqueta e a conduta cavalheiresca envolviam uma rede espacial complexa⁹⁹. A consolidação da “temporada londrina” (que coincidia com a reunião do Parlamento) via notáveis de diferentes áreas geográficas apresentarem-se conjuntamente em uma rede social coordenada baseada em bailes, visitas formais e atividades clubísticas. A dispersão destes dignitários em outras épocas do ano também lhes permitia manter contatos com as bases específicas de poder local e engajar-se completamente nas atividades de “condado”. Davidoff observa que “esta migração sazonal... era um fator crucial na influência contínua destes grupos (aristocráticos) sobre a liderança de um sociedade que passava por uma rápida mudança”¹⁰⁰. Ela mostra que à medida que o século passava, a rede espacial tornava-se mais complexa com localidades geográficas diferentes desempenhando um papel distinto na coordenação das atividades de elite. As grandes festas nas casas de campo distantes de Londres eram ocasiões para cimentar lealdades de casamento e nomear magistrados; a estação de caça escocesa de 12 de agosto exigiria uma onda migratória significativa às casas de campo da Escócia. Além disso, havia também reuniões de aristocratas em *resorts* e *spas* importantes. A etiqueta, parece-me, era uma atividade cerimonial, uma forma de “expandir” o comportamento ritual no espaço e no tempo, formalizando os tipos de conduta esperados do nobre em formas particulares de convívio. A etiqueta era ensinada e formalizada em livros, permitindo extraí-las de limites espaciais particulares e tornando possível para membros das classes proprietárias de terra saber como relacionar-se mutuamente em grande variedade de cenários.

A característica importante, portanto, da formação de classe da “gentlemanly” era a medida em que suas rotinas cotidianas de vida e lazer lhe possibilitavam “expandir-se” sobre o espaço. Contraste isto com as formas principais de sociabilidade da classe média vitoriana. As classes médias eram capazes de formar redes coesas em cidades particulares, mas tinham grande dificuldade de consolidar tais redes em nível nacional ou mesmo do “condado”¹⁰¹. Isto parcialmente refletia a natureza do crescimento industrial britânico, visto que indústrias específicas tendiam a estar localizadas em áreas geográficas distintas, o que impedia

⁹⁸ Cannadine, D. *Lords e Landlords: The Aristocracy and the Towns 1774-1967*. Leicester: Leicester University Press, 1979.

⁹⁹ Davidoff, L. *The Best Circles: Women and Society in Victorian England*. New York: Rowan and Littlefield; Elias, N. *The Civilising Process*. Oxford: Blackwell, 1987.

¹⁰⁰ Davidoff, L. (1973), p. 21.

¹⁰¹ Morris, R. J. (1990); Koditschek, T. (1990); Smith, D. (1982); Gunn, S. (1988).

comerciantes, industriais e profissionais associados de manter contatos em uma escala mais ampla. Em vez disso, as classes médias desenvolviam redes cívicas extensivas, relacionadas a seu papel crucial em construir, manter e ordenar as novas cidades industriais e comerciais. Elas ajudavam a construir uma infraestrutura de bibliotecas, prefeituras, parques públicos, e assim por diante, que como Morris mostrou, desempenhavam um papel central na elaboração de um reino cívico urbano¹⁰². Isso ajudou a “definir” as identidades das cidades e também a reconhecê-las com uma “marca” de classes médias. Para além de ser um território de classe média por causa de sua densidade numérica – como a abordagem de “habitat” poderia afirmar – ,as forças cruciais aqui eram as atividades simbólicas e culturais das classes médias, que construíam sua própria hegemonia por meio de seu papel em definir um “projeto cívico”.

Morris também explorou o papel de associações voluntárias na sociabilidade de classe média. As associações voluntárias tinham começado a expandir-se no século XVIII e proliferaram no século XIX, em torno de uma extensão notável de objetivos caridosos, religiosos, políticos e de lazer. Morris salienta que algumas dessas associações voluntárias (por exemplo, as sociedades bíblicas e missionárias) eram ramificações de associações nacionais e poderiam, portanto, ter desempenhado o papel de articular uma consciência local no interior da nacional¹⁰³. Todavia, um amplo número de associações voluntárias eram especificamente organizações locais (muitas eram provedoras de serviços essenciais, tais como hospitais filantrópicos), ou iam pouco além de cidades específicas.

Morris sustenta que essas associações voluntárias eram de importância decisiva, permitindo à classe média, de outro modo dividida por política, ocupação e religião, encontrar uma causa comum. Elas ajudaram a regular as divisões de gênero nas classes médias, uma vez que eram os homens que estavam largamente envolvidos em seus atividades, com as mulheres sendo relegadas seja a um pequeno número de organizações especificamente femininas ou a papéis subordinados nas organizações mais amplas. Em resumo, as redes da classe média eram extremamente bem desenhadas para permitir contatos ao nível urbano, mas tendiam a não se entender além dele.

O contraste com a classe trabalhadora é muito importante. Por isso, pode-se argumentar que as classes trabalhadoras têm estado historicamente muito mais divididas entre tipos diferentes de redes. Como Eley enfatiza em sua reformulação dos argumentos de Thompson, a classe trabalhadora desempenhou um papel crucial em definir um espaço público no começo do século XIX na Grã-Bretanha, o que permitiu aos trabalhadores tornarem-se atores políticos centrais¹⁰⁴. Este espaço público estava relacionado à construção de redes de amplo alcance de pregadores e oradores migrantes, às atividades das primeiras sociedades de ofício, à prática de difundir literatura popular, panfletos e jornais, e também

¹⁰² Morris, R. J. (1983).

¹⁰³ Morris, R. J. “Clubs, societies and associations”. In: Thompson, F. M. L. (ed.). *The Cambridge Social History of Britain 1780-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

¹⁰⁴ Eley, G. “Edward Thompson, social history and political culture: The making of a working-class public”. In Kaye, H. e McClelland, K. (eds.). *E. P. Thompson: Critical Perspectives*. Oxford: Polity, 1990.

ao grau considerável de mobilidade exibido pelos trabalhadores ao longo do tempo. O caso do Cartismo nos revela de maneira bastante interessante a medida em que estas redes de amplo alcance foram essenciais para a construção de um movimento político combativo¹⁰⁵.

O Cartismo primeiramente se distingue por ter os meios de se tornar público nacionalmente através de uma rede de comunicações notavelmente sofisticada, especialmente baseada no *Northern Star*. Este jornal sobrepujou os rivais e teve sucesso em se estabelecer como a “voz” do Cartismo, ao superar os apelos locais de jornais radicais tais como *London Dispatch*, *Manchester and Salford Advertiser*, e *Birmingham Journal*. Como Dorothy Thompson mostrou, o *Northern Star* assentou-se em uma rede verdadeiramente impressionante, através da qual o jornal era distribuído a agentes em diferentes cidades e vilarejos por todo o país, e, então, a cervejarias locais; assinantes e proprietários de cafés poderiam obter suas cópias¹⁰⁶. Sendo um jornal com selo e, portanto, legal, o *Northern Star* foi capaz de valer-se das tecnologias mais modernas que permitiam conexões espaciais rápidas, notavelmente a estrada de ferro e os sistemas de distribuição dos correios.

Em segundo lugar, e de maneira relacionada, as lideranças cartistas foram capazes de se tornar figuras nacionais, deslocando-se e realizando comícios por todo o país. Nisso eles seguiam os passos da tradição estabelecida de peregrinação, encontrada, por exemplo, nos metodistas e outros grupos religiosos, pela qual suas lideranças pregavam por todo o país. Como Dorothy Thompson mostra, a habilidade de O'Connor para se tornar o líder cartista não oficial resultou de seu *tour* britânico de 1836, quando ele discursou em Nottingham, Newcastle, Kilmarnock, Cannock, Leith, Edinburgh, Dundee, Dunfermline, Paisley, Halifax, Bradford, Hull, Burnley e Huddersfield. O'Connor não estava sozinho, entretanto, e a existência do conferencista itinerante foi uma característica constante do movimento cartista¹⁰⁷.

Em terceiro lugar, os cartistas eram capazes de desenvolver uma série de iniciativas políticas que possibilitavam vínculos entre pessoas de lugares diferentes. As mais importantes foram as petições nacionais, a Convenção Cartista de 1838, que teve membros de distintas localidades, e a Associação Nacional da Carta, com ramificações locais, nos anos 1840. Tais formas foram pioneiras em modalidades institucionais regulares de política em que pessoas de uma área poderiam saber o que estava acontecendo numa outra.

Naturalmente as redes cartistas não eram perfeitas. Elas poderiam nem sempre coordenar suas ações em diferentes lugares. O malogro do Levante de Newport em 1839 é um bom exemplo. Quando 5.000 cartistas marcharam para Newport eles pareciam esperar que seu ataque seria um sinal aos outros cartistas para se mobilizarem. De fato, 20.000 outros cartistas não se juntaram a eles, uma vez que ainda estavam marchando em colinas

¹⁰⁵ Pickering, P. “Class without words: symbolic communication and the Chartist movement”. *Past and Present*, 1986, pp. 144-62.

¹⁰⁶ Thompson, D. *The Chartists: Popular Politics in the Industrial Revolution*. London: Pantheon, 1984.

¹⁰⁷ Thompson, D. (1984).

próximas, enquanto os cartistas de outros lugares nem sequer tinham conhecimento claro do que era pretendido.

Talvez, o contraste mais notável com as redes aristocráticas ou de classe média discutidas anteriormente é o fato de que as redes cartistas estavam principalmente organizadas em bases especificamente institucionais e políticas, o que tornava difícil sustentá-las se o movimento sofresse uma derrota política, exatamente o que ocorreu em 1848¹⁰⁸. Além disso, como Driver salienta em seu estudo sobre a introdução da Nova Lei dos Pobres, o período depois dos anos 1840 viu a extensão considerável de redes estatais centrais¹⁰⁹: mas é também importante enfatizar que as redes cartistas e radicais de amplo alcance tendiam a estar fracamente ancoradas em atividades culturais e sociais cotidianas, em flagrante contraste com a prática aristocrática, por exemplo. Sabidamente, em algumas áreas os cartistas fincaram raízes institucionais na vida social local (por exemplo, em Nottingham)¹¹⁰, mas o fato de que estas iniciativas fossem sempre diretamente políticas tornou difícil sustentá-las em momentos de refluxo político. Foi somente nos anos após 1850, e especialmente nos anos após 1880, que redes de larga escala da classe trabalhadora começaram a ser construídas em modos que mais diretamente se prendiam a uma ampla variedade de práticas e culturas da vida cotidiana. O avanço das *Friendly Societies*, das sociedades cooperativas e dos sindicatos conduziu ao desenvolvimento de organizações nacionais que eram capazes de atuar sobre atividades e organizações locais específicas.

CONCLUSÃO

Deixem-me reunir os fios do meu argumento. Na seção “Conceitualizando a formação de classe” deste artigo, mostrei que elaborações conceituais da ideia de formação de classe tendiam a distinguir formação de classe “sociocultural” de formação de classe “política” sem conseguir estabelecer claros vínculos entre elas. Neste artigo, sugiro que isso, de fato, reflete o processo inerentemente de “duas pontas” da formação de classe. A formação de classe depende da criação de vínculos densos e necessita também do desenvolvimento de vínculos de amplo alcance. Poder-se-ia argumentar que os primeiros sejam mais importantes para a criação de culturas e identidades distintivas baseadas em classe, enquanto os últimos sejam mais importantes para vínculos organizacionais e mobilização política. Nesse sentido o uso de conceitos de redes e o reconhecimento da importância do espaço poderiam, de fato, esclarecer a razão dos resultados contraditórios a que os trabalhos existentes chegaram.

¹⁰⁸ Saville, J. *1848: The British State and the Chartist Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; Kirk, N. (1985).

¹⁰⁹ Driver, F. *Power and Pauperism: The Workhouse System 1834-1884*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

¹¹⁰ Epstein, J. (1982).

Deve estar claro a partir do que foi exposto que os dois tipos de formação de classe não impliquem um ao outro e, de fato, podem em aspectos significativos estar em oposição um ao outro. Isso é particularmente verdadeiro, sugiro, para a classe trabalhadora, na qual vínculos sociais de largo alcance não estão construídos por meio de ações cotidianas ou interações baseadas no lazer, como tendeu a ser para a aristocracia. A hegemonia de classes sociais particulares assenta-se em larga medida em sua habilidade em conseguir se organizar em escalas espaciais amplas, e tal é a natureza dos mercados de trabalho, vida cultural e familiar da classe trabalhadora, que tende a ser difícil para ela “competir” nesse nível. Entre a classe trabalhadora, a força da “comunidade” face a face local pode agir para prejudicar vínculos sociais mais amplos, levando potencialmente a um grupo social coeso, mas que está fracamente ligado a suas vizinhanças. Por outro lado, a construção de vínculos de amplo alcance comumente envolve a elaboração de uma infraestrutura organizacional, que pode deslocar o ativista organizacional para longe do mundo social e cultural dele e de sua vizinhança.

Esta perspectiva oferece um novo modo de pensar sobre temas familiares na história social do trabalho como, por exemplo, as divisões possíveis entre ativistas e a “base” ou entre a aristocracia operária e o restante da classe trabalhadora e, de fato, entre história política e social. Muitos debates sobre a classe trabalhadora concentraram-se em política, culturas e ações de categorias específicas de trabalhadores, definidos seja ocupacionalmente ou por área geográfica. Entretanto, ao reformular a questão, colocando o foco para além da cultura e política de grupos e categorias específicas e o situando mais nos tipos de redes sociais em que os trabalhadores em diferentes momentos e lugares se inserem, é possível elaborarmos questões sem nos apoiarmos em uma abordagem instrumental ou reducionista para a explicação social.

Além disso, um outro ponto é importante de ser observado aqui. A perspectiva esboçada acima pode oferecer um novo modo de pensar sobre o significado dos sindicatos para a formação da classe trabalhadora. Tipicamente, o estudo de sindicatos tem sido considerado como parte da história do “movimento operário”, interessada em práticas institucionais que estão distantes dos mundos sociais e culturais dos trabalhadores¹¹¹. Todavia, pode ser sustentado que os sindicatos são importantes no terreno mais amplo da formação de classe, uma vez que historicamente eles têm sido a principal forma que permitiu a criação de vínculos de amplo alcance (por meio de organizações sindicais regionais e nacionais, jornais etc.) ao longo de vínculos densos em locais de trabalho e comunidades específicas. Por esta razão, é correto salientar o fim do século XIX como sendo de particular importância para a formação da classe trabalhadora.

Contudo, este não é o ponto com o qual eu quero encerrar. O principal benefício de adotar uma perspectiva de rede é que ela nos permite ir além da ideia de classes como sendo “formadas” de algum modo definitivo. Antes, ela coloca a ênfase na natureza fluida e

¹¹¹ Savage, M. e Miles, A. (1994).

dinâmica da formação de classe em que dois processos diversos constantemente ameaçam cortar pela base a existência de classes como coletividades sociais estáveis. Isso pode nos ajudar a iluminar os modos verdadeiramente reais em que classe pode importar historicamente em situações específicas, assim como reconhecer que classes não são coisas que necessariamente têm alguma pertinência para a análise. É, portanto, claramente possível usar o conceito de formação de classe de forma que ajude a explorar a complexidade de situações históricas, em lugar de reduzi-las a uma fórmula simples.

Recebido em 15/02/2011

Aceito para publicação em 20/02/2011